



## **Favela multimídia: um *tour* virtual pelas comunidades “pacificadas” pela polícia, numa série especial do jornal O Globo<sup>1</sup>**

Haline TAVARES<sup>2</sup>

Laura MARQUES<sup>3</sup>

Rafaella BARROS<sup>4</sup>

Sylvia MORETZSOHN<sup>5</sup>

Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ

### **Resumo**

Este trabalho analisa o especial multimídia “Democracia nas Favelas”, produzido a partir de uma série de reportagens do jornal *O Globo* em agosto de 2009 e vencedora do Prêmio Esso da região Sudeste daquele ano. Adota um tom ensaístico fundamentado em postulados da Análise de Discurso de linha francesa para procurar demonstrar como um jornal representativo das grandes corporações de comunicação brasileiras mascara sua orientação ideológica para, numa iniciativa aparentemente inovadora, reiterar uma série de preconceitos do senso comum em relação à favela e aos marginalizados.

### **Palavras-chave**

jornalismo; multimídia; favela; objetividade; O Globo.

### **Texto do Trabalho**

Jornais se propõem a fornecer um resumo do que de mais importante acontece no mundo, e procuram justificar o seu papel através de um discurso da objetividade muito específico: aquele que supõe “retratar” a realidade “tal qual é”, como se o sujeito enunciador não tivesse qualquer responsabilidade nesse relato.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ 1 – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

<sup>2</sup> Estudante de graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFF

<sup>3</sup> Estudante de graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFF

<sup>4</sup> Estudante de graduação 6º semestre do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFF

<sup>5</sup> Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social/Jornalismo da UFF



Paremos um pouco para pensar na idéia do retrato em si. Ao pensar e realizar um retrato, o fotógrafo parte de diversos pressupostos. Seu conhecimento de mundo define, para ele, de que forma esse retrato vai se revelar o mais perfeito, de que maneira vai passar da melhor forma possível, o mais claramente possível do outro a ser fotografado. Passar da melhor forma possível o que ele pensa do outro, do que ele conhece do outro, afinal, com toda a sua carga emocional e sua memória, decorrentes de suas vivências e experiências de vida. É nesse momento que ele procura esclarecer a si próprio o que ele entende do outro e o que, afinal, ele pretende passar com seu retrato.

Ele vai tentar fazer do momento do clique o crucial, o que melhor transmite sua visão e suas intenções. Depois de entender como fazê-lo, pelo prisma de seu próprio entendimento do outro, ele toma uma posição. Coloca-se em um ângulo em relação ao outro, o ângulo que acredita ser o mais adequado, o que faz mais sentido para aquela foto. Define uma determinada iluminação sobre o outro. Será contraluz, luz direta, luz difusa? Iluminará apenas o lado direito, o lado esquerdo, a parte de cima, a parte de baixo? A luz (ou a falta dela, total, em uma ou outra área) pode mudar a imagem do outro, assim com a sensação que o outro causa e, porque não, quando o retrato é visto repetidas vezes, a sensação que fica.

Esta é uma metáfora apropriada para a prática jornalística. Apesar do discurso recorrente do jornalismo como “retrato” da realidade, “quarto poder” que age como câmera que monitora os diversos “outros” e torna pública uma realidade que seria de conhecimento restrito para o público caso não fossem os próprios veículos, é indiscutível que os jornais são feitos por pessoas. Seres humanos com toda a subjetividade própria de sua natureza. Pensar que pessoas são os filtros para a exposição da “realidade” exige a consideração de que essa exposição não é a “realidade” ela mesma, mas um recorte dela. E o jornalismo é uma forma de intervenção humana na transmissão de informação. Uma intervenção que, pelo menos em tese, assume o compromisso de oferecer um resumo do que de mais importante acontece no cotidiano da cidade, do país e do mundo.

A própria seleção de temas já diz algo. Já demonstra uma atenção específica para algumas questões, que deixa outras na sombra – ou no limbo. Seja natural (ou melhor, naturalizada, pelo entendimento de mundo do senso comum tão presente na produção da grande imprensa) ou proposital, essa atenção maior ou menor para as demais questões do cotidiano já diz, influenciada pelo “o que dizer” (sem que entremos mais profundamente no mérito de onde começa a definição do *quê* e *como* dizer), o que



enxergar desse cotidiano. A partir daí, a abordagem, a forma como se expõem os fatos permanece aberta à subjetividade no momento em que a matéria é produzida. Assim se desmente o clássico ideal jornalístico de objetividade – ou melhor, aquela concepção redutora de objetividade, que supõe a hipótese de conhecimento do objeto sem a intervenção do sujeito e se reflete na famosa frase de que o jornalista “apenas” “relata fatos” e que “os fatos falam por si”.

Foi a partir desse pressuposto que construímos nossa análise da reportagem multimídia “Democracia nas Favelas” (<http://oglobo.globo.com/rio/favelas/default.asp>), no site do jornal *O Globo*.

### **A favela multimídia**

A proposta da reportagem sugeria a quebra de parâmetros já naturalizados e estabelecidos – inclusive, e talvez principalmente, pela própria mídia hegemônica – em relação ao olhar sobre a favela, mostrando a sua rotina, a sua beleza, as suas mazelas e necessidades, mas lá de dentro, de perto, onde as coisas realmente acontecem e de onde se poderia partir para melhorar essas coisas.

Mas o texto de apresentação já restringe o universo da reportagem: não se trata de favelas quaisquer, mas daquelas que começaram a ser “pacificadas” pela polícia.

Não será um simples passeio turístico. Será uma viagem com detalhes, fotos e informações históricas. Conheça melhor as cinco favelas do Rio ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Confira a localização delas e informações sobre seus moradores. (...)

A “viagem”, como que para um país distante e exótico, com uma cultura que se pressupõe desconhecida dos leitores, é mais que um “passeio turístico” e menos que um retrato mais próximo sobre as favelas cariocas. Se por um lado poderia existir a proposta de uma nova visão da favela e de sua realidade (frequentemente dominada por milícias ou traficantes), há, porém, uma seleção das favelas “pacificadas”, mostradas como exemplo a ser seguido, pois o tráfico ali não existiria mais (o que é falso, como várias matérias que o próprio jornal publicaria posteriormente viriam demonstrar)<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Veja-se, por exemplo, “UPP apreende crack na Cidade de Deus” (O Globo, 10/12/2009), “UPP apreende droga no Pavão-Pavãozinho” (O Globo, 22/3/2010) “Traficante desinformado é preso no Pavãozinho” (O Globo, 18/3/2010).

Mesmo assim, a favela aparece como algo exótico, que turistas têm a “oportunidade” de conhecer, como algo isolado e estranho à cidade<sup>7</sup>.

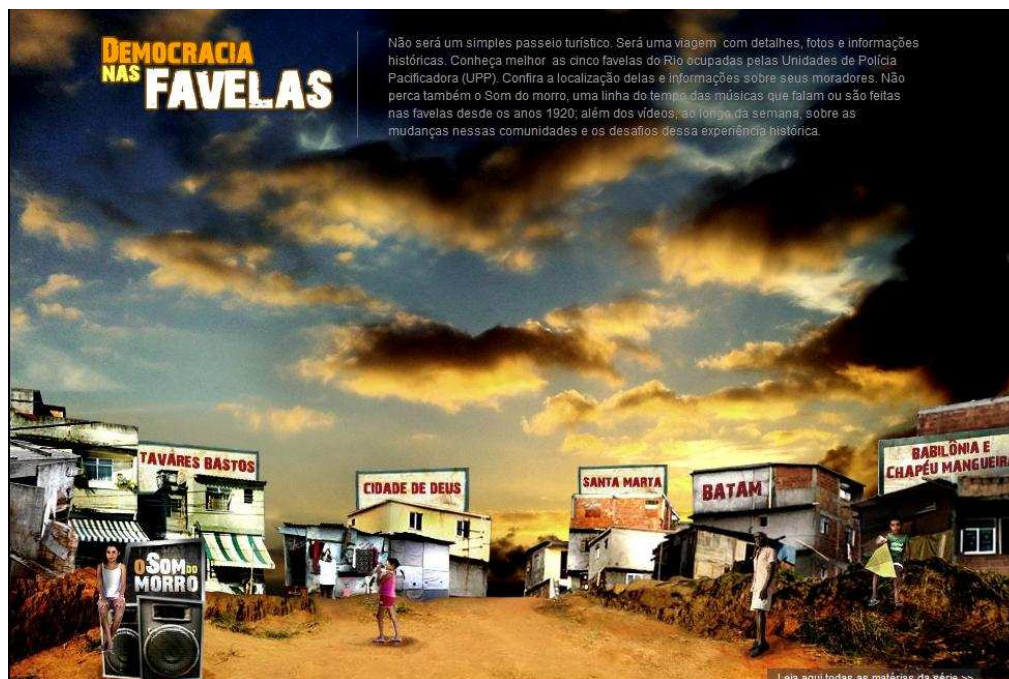


Imagem da página inicial do especial

A simplificação permanece. As favelas que mereceram seleção para a bonita montagem multimídia foram somente as que estão em processo de “pacificação” da polícia. As demais sequer são citadas. Ao que parece, aquelas passaram para um “estágio de evolução” mais alto e merecem, finalmente, destaque pela “democracia” que, só agora, estaria chegando a seus territórios. Bem diferentemente das demais. Nelas os traficantes (ou a milícia, constituída também por policiais – pacificadores? –, é bom lembrar) ainda dominam, então não são dignas de tão enaltecido e generoso espaço. Até porque a democracia ali não chegou ainda, junto com os policiais que, como se percebe, mais são temidos do que queridos.

Podemos abrir aqui um breve parêntese para as UPPs. Diversas questões ambíguas e controversas podem ser levantadas sobre essas operações, e pensamos ser importante sinalizar a atenção para alguns termos (inclusive reconhecidos e frequentemente repetidos pelos próprios meios de comunicação, como podemos ver em nosso objeto de análise), a começar pela palavra “pacificação”. Até onde os moradores enxergam na polícia um potencial para a pacificação? Até que ponto a polícia tem, de

<sup>7</sup> O que faz lembrar as excursões de empresas especializadas, que utilizam jipes (às vezes pintados como camuflados para safáris – ou, quem sabe, guerras) para transportar turistas, em geral estrangeiros, que desejam “conhecer” a Rocinha, a maior e uma das mais “turísticas” favelas do Rio, em São Conrado.

fato, esse potencial? Até onde é esse o caminho para a diminuição da violência nas favelas? E, muito além da violência, até onde esse é o caminho para a democracia? Um bom resumo indicativo dessa controvérsia, ou dessa tensão, é o título de reportagem produzida pelo site Uol Notícias de 16/11/2009: “Sob Estado policial, Dona Marta ganha e perde direitos”.

Enfim, é um passeio turístico virtual por essa seleção duvidosa de favelas. E um mergulho mais detalhado pela animação não torna a perspectiva menos duvidosa. Passando o *mouse* sobre o nome de cada favela surgem novos links para que possamos “saber mais” sobre cada uma. A primeira lista leva a “fotogalerias” que ilustram com imagens o simples passeio turístico detalhado.

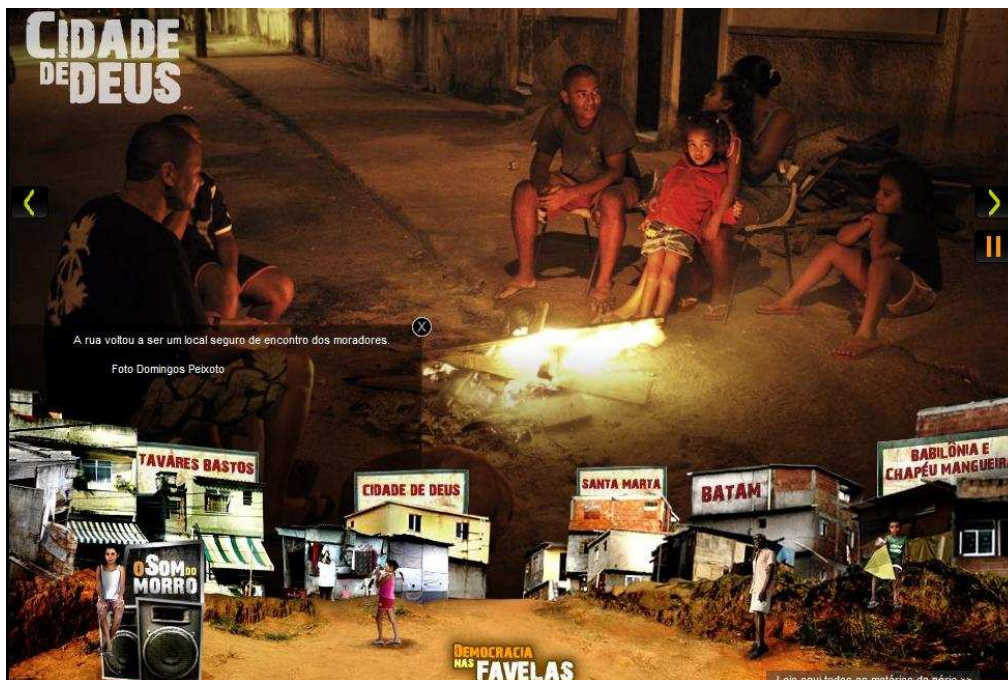
As mais amplas, que mostrariam uma visão geral da área/vista da favela, raramente tem como componente somente a própria favela. Quando não são fotos somente da “vista” da favela para uma praia da Zona Sul ou cartão-postal clássico do Rio (não as novas atrações turísticas que elas próprias – pacificadas, é claro – se tornaram por seu teor de exotismo, atraindo estrangeiros que tem a “oportunidade” de conhecê-las), incluem também elementos desse tipo. É o caso do Santa Marta, que “tem uma das mais belas vistas da cidade”: a do morro do Corcovado.



Algumas outras rendem até humor pelo distanciamento da realidade e a distorção evidenciada, com direito a propaganda. Sobre a Tavares Bastos, favela que se tornou até “cenográfica”, por ter sido local de gravação de novela, informa-se: “O morador Helton Lourenço de Melo oferece serviço de instalação de TV a cabo

conveniado com a NET”. Isso em meio a um enorme emaranhado de fios saindo de um mesmo poste. Na tradução popular: “um ninho de rato de gatos”.

Em outra imagem aparece um grupo de vizinhos reunidos à noite em uma rua na Cidade de Deus (também “cenográfica”, por causa do famoso filme), conversando. Tipo de confraternização que sempre pareceu corriqueiro nas comunidades. Mas, aparentemente, não pela legenda, que afirma: “A rua voltou a ser um local seguro de encontro dos moradores”. Moradores que são “refugiados de outras favelas, [de onde foram expulsos por traficantes] – embora quem conheça a história saiba que a própria Cidade de Deus foi construída para abrigar moradores removidos de favelas da Zona Sul, na década de 60 do século passado. Em uma outra série de fotos um pastor aparece “recuperando viciados e traficantes pela fé”, no “único centro de recuperação da Cidade de Deus”.



Algumas casas, como a de Silvana Felício Moreira, ganharam “até” energia elétrica e número (diga-se de passagem, um número que antes já estava escrito em giz de cera, mas que agora foi devidamente pintado por um estêncil que mais lembra uma fonte tipicamente militar, em cor verde-musgo-farda).

Crianças brincam nas ruas. Será que nas demais favelas, “não pacificadas”, elas ficam trancadas e seguras dentro de casa, protegidas por muros e grades como crianças de classe média e alta? Uma das “crianças” deve ser uma espécie rara, pois “tem olhar desconfiado e ao mesmo tempo curioso”.



Podemos perceber claramente o consenso entre o verbal e o não-verbal aqui: fotos e textos convergem na tentativa de reiterar a ideologia da instituição da ordem com a chegada das unidades de polícia pacificadora e da favela como potencial de exploração turística. Ocultam-se, porém, as questões políticas e sociais que levam essas localidades a serem discriminadas e estigmatizadas a ponto de despertarem um suposto interesse turístico, ainda que elas sejam uma realidade que se impõe à cidade como um todo.

A abordagem compõe o olhar naturalizado característico do senso comum, adotado também pelas empresas de comunicação. Trata-se de um discurso histórico, documentado e reafirmado todos os dias nos jornais. Isso significa que a maneira pela qual a mídia retrata os sujeitos sociais que de fato se encontram à margem do que seriam as condições adequadas à vida (isto é, os aspectos que envolvem um *modus vivendi* condizente com o discurso da classe média e alta) é muito recorrente e baseada em visões simplistas da realidade “tal qual é”. O que se afasta da hipótese de esclarecimento – que deveria ser uma constante preocupação jornalística – ou a adoção de uma visão crítica a respeito da estrutura que sustenta essa grande parcela da sociedade. “O jornalismo não é o *discurso da realidade* (como diz ser), mas um *discurso sobre a realidade*” (Moretzsohn, 2002, p. 79). Dessa forma, a população marginalizada é enquadrada em estereótipos, de acordo com a visão dominante (de quem enquadra). O que faz lembrar a ironia de Alexander Cockburn sobre o critério de noticiabilidade adotado pelos grandes jornais:

Os editores devem se lembrar que há extensas partes do mundo nas quais as pessoas não existem a não ser em grupos de mais de 50 mil. Antes de chegar a tais hordas, comecemos por cima. A morte de um americano famoso pode sempre ser registrada, ainda que tenha ocorrido nas circunstâncias menos relevantes. Se o americano for um ilustre desconhecido, é preciso que morram pelo menos dois ou três (ou apenas um, desde que em circunstâncias bem singulares) para que mereça alguma atenção. No caso dos negros, o número tem de ser muito maior. Na categoria seguinte, vêm os europeus do norte. Conte dez deles para cada americano. Depois, temos os europeus do sul (italianos, espanhóis, portugueses, gregos). Conte uns 30 deles para cada americano. Depois, os turcos, persas e latino-americanos. Conte uns cem destes para cada americano. Alguns perfeccionistas incluiriam também os africanos do norte nessa categoria. Em seguida, vêm os asiáticos do sudeste. Duzentos a trezentos para cada americano. Alguns também colocariam aqui os indonésios. Mas, nesse caso, suponha que a contagem deva se elevar a uns mil por americano, já que 800 mil indonésios foram massacrados no golpe de 1965 sem maior repercussão. Nessa altura, chegamos ao limite em números e passamos à categoria seguinte - a das hordas incalculáveis. São os indianos, africanos e chineses. Em relação a eles, já não se concebe qualquer número. As pessoas somente começam a se interessar se falarmos em 50 mil e 100 mil mortos. Especialistas calculam que somente uns 50 mil indianos



seriam capazes de igualar, em termos de notícia, ao total de 10 americanos”.  
(Cockburn apud Moretzsohn, 2002, p. 66-67).

As séries de reportagens sobre as comunidades das favelas costumam adotar apenas dois vieses: o do caráter de vigilância e de punição que devem sempre permear seus componentes, como se eles pertencessem a um sistema à parte do todo, ou seja, do contexto capitalista contemporâneo que viabiliza a permanência desse funcionamento; e o da valorização do trabalho digno, honesto, bem como a atuação de programas sociais, ONGs, etc, nesses locais, com um discurso vazio em sua essência no que se refere a mudanças concretas na estrutura total, pois adota-se – e veicula-se – um olhar *in loco* completamente recortado de acordo com os interesses das próprias empresas de mídia.

O primeiro aspecto, que envolve a atuação do poder público na coibição, quando possível, e na correção de atos que fujam à “ordem social” pré-construída, remete à análise de Foucault sobre a origem do papel do campo jurídico como representante do poder público e o senso de justiça popular por ele transmitido, e que está muito presente na mídia: “Assim apareceu uma ‘ordem judiciária’ que se apresentou como a expressão do poder público: árbitro ao mesmo tempo neutro e autoritário, encarregado de resolver ‘justamente’ os litígios e de assegurar ‘autoritariamente’ a ordem pública” (Foucault, 1979) A questão não é afirmar a atuação do poder judiciário e seus adjacentes como “certa” ou “errada”, mas analisar que efeitos de sentido típicos do senso comum são reproduzidos através do discurso da mídia que a todo o momento vincula uma sensação de justiça social e ordem através do aparelhamento de segurança do Estado devidamente organizado e vigilante sobre possíveis “insurreições” por parte desses grupos marginalizados.

Esse tratamento esbarra em outro, também constantemente veiculado pela grande mídia, que são os trabalhos sociais, desempenhados por voluntários, ONGs, pelo “povo trabalhador” nessas comunidades, que costumam simplificar a solução para os problemas enfrentados diariamente por seus moradores em meras ações de “boa vontade”.

A lacuna deixada pela imprensa no que tange a essas questões é que, além de trabalhar para a manutenção de um sistema viciado em si mesmo, investindo em adaptações à realidade em vez de apontar para a necessidade de mudanças estruturais, não se questionam as razões, os motivos que sustentam tais iniciativas, isto é, ao descaso de sucessivos governos em relação a essas populações no que diz respeito a





ações sociais, embora seja muito presente em suas ações policiais. O sistema que define e reprime as práticas criminosas é o mesmo que conforma as ações de voluntariado e de solidariedade voltadas para o mesmo universo – essa população marginalizada e criminalizada –, promovendo um círculo vicioso.

Assim, o jornalismo parece funcionar como um jogo de espelhos, em que uma imagem se sobrepõe a outra. A empresa jornalística utiliza instrumentos para mapear quem é seu cliente, o que faz e o que pensa. A partir daí, baseia a seleção do que é (ou será) notícia no que supostamente seria do interesse de seu público-alvo. É o caso do jornal analisado, voltado para as classes A e B, o que certamente exclui as camadas marginalizadas como leitores em potencial. Assim, o jornal se propõe a reproduzir uma visão de classe sobre os pobres, embora diga falar em nome de “toda” a sociedade. Mas se o critério de notícia é decidido com base no comportamento dos leitores, qual seria a função social de uma empresa que adotou como slogan “*Muito além do papel de um jornal*”?

Podemos responder à questão de duas maneiras. A primeira, simplista e irônica, refere-se ao caráter multimídia adotado pelo jornal, que além da versão em papel, passa a ser online, com direito a links e multimídia. Trata-se de uma necessidade imposta pela tecnologia da informação numa época já denominada de “Idade Mídia”. Se tempo é dinheiro, quanto mais velocidade se imprime à publicação, mais lucro a empresa obtém.

No entanto, uma resposta mais abrangente alude à função social do jornalismo. Então, levaremos em conta o ideal iluminista de que o jornalismo deveria “esclarecer os cidadãos”. Considerando o contexto da época de “levar a luz” a quem está na ignorância, podemos entender que esclarecer seria estimular o pensamento crítico e desnaturalizar o olhar do senso comum dos leitores do jornal. Contudo, reproduzir o discurso da clientela é uma estratégia que vai na contramão dessa idéia. Entendemos também por cidadão aquele que possui direitos e deveres em uma sociedade. Constitucionalmente, os direitos deveriam ser iguais para todos. No entanto, constata-se a existência da manutenção de privilégios dos mais favorecidos, em detrimento ao descaso social com a população marginalizada.

### **A reiteração do preconceito**

A polícia mata o bandido pobre, com apoio de grande parte da sociedade, enquanto políticos corruptos são inocentados e homicidas de classe média ou alta são tratados pela mídia mais como caso de terapia do que de polícia. Concluímos então que



no Brasil os pobres têm mais deveres do que os ricos e esses, mais direitos do que os outros. Isso acontece porque a cidadania, no mundo do capital, se transforma em uma mercadoria como outra qualquer. Só é considerado cidadão o indivíduo que tem poder de compra: daí a assimilação entre cidadãos e consumidores. São esses “cidadãos” que a mídia atende, promovendo um apagamento dos demais. Nesse caso, o atual papel do jornal é servir aos interesses dos seus clientes, como qualquer outra empresa, em detrimento dos ideais iluministas de antigamente. Para isso, mantém-se a ilusão do “discurso da objetividade” e do papel da imprensa como mediadora supostamente “neutra”, “remetendo à classificação idealista de ‘quarto poder’ – portanto, acima das contradições da sociedade, sem interesses a defender, capaz de falar em nome de todos -, e as noções de imparcialidade e objetividade daí decorrentes” (Moretzsohn, 2002, p. 55-56).

Tendo em vista que um jornal defende os interesses do seu público, segmentado, mas ainda assim de massa, seria ilógico afirmar que o jornalismo é isento de intenções e subjetividades. Um dos recursos para “driblar” o posicionamento pessoal do repórter e da empresa para a qual ele trabalha é o uso das aspas. Essa apropriação do discurso do “outro” garante ao repórter a segurança legal de publicar declarações que poderiam gerar prejuízos a ele e à empresa. Além disso, cria-se a falsa sensação de objetividade, já que o profissional isenta-se da responsabilidade sobre o que foi veiculado. Esconde-se, assim, o processo de seleção da fonte e dos trechos de seu discurso, que harmoniza a fala do entrevistado com a linha editorial do veículo.

Tanto o discurso punitivo como o solidário – como se pode notar nos vídeos de cada uma das cinco favelas do Especial aqui analisado – já estão completamente incorporados ao senso comum e são muito convenientes para a percepção da realidade como “natural” e a adoção de uma postura acrítica diante dos fatos, numa adequação ao sistema vigente em que, “em face da relativa estabilidade e do funcionamento tranquilo do sistema que ‘entrega os bens’ para os quais ele é organicamente constituído, o senso comum ‘internaliza’ as dificuldades proibitivas de se entrar no caminho de uma verdadeira mudança estrutural” (Mészáros apud Moretzsohn, 2007, p. 65).

Além disso, a prática discursiva da grande mídia também se apóia numa clara formação ideológica condizente com os “moradores do asfalto” sobre os das favelas. As vozes que são “dadas” aos “personagens” – porque é assim mesmo que são apresentados, como meros personagens em histórias com misto de terror e drama – são tão somente para legitimar ou produzir um efeito de verdade, através do recurso da



alteridade, daquilo que é dito pelos jornalistas em seu processo de produção das notícias. Há um constante “lá” referente aos lugares onde essas comunidades moram, como se se tratasse de uma realidade distante, incômoda, por sinal, que deve ser estudada, analisada através de incursões quase que “etnográficas” para a sua devida compreensão. É um “aqui versus lá” que deve ser mantido em prol da própria manutenção da ordem social, “natural” por si só. É o “eu só quero é ser feliz/ andar tranquilamente na favela onde eu nasci/ e poder me orgulhar *e ter a consciência que o pobre tem seu lugar*” como música de fundo junto com um “tropa de elite/ osso duro de roer/ pega um, pega geral/ também vai pegar *você*”, caso esse *você* não reconheça muito bem o *seu lugar*. Como diz Patrick Champagne, a falta de voz dos marginalizados na mídia relaciona-se com a estrutura de dominação imposta pela sociedade:

Os dominados são os menos aptos a poder controlar sua representação de si próprios. O espetáculo de sua vida cotidiana só pode ser, para os jornalistas, algo monótono e sem interesse. Porque são culturalmente desarmados, são além disso incapazes de se expressar na forma requisitada pela grande mídia (Champagne apud Moretzsohn, 2002, p. 69)”.

Nos principais veículos de comunicação, grande parte das matérias que envolvem a população marginalizada encontra-se nas páginas policiais. O mesmo se aplica ao *corpus* analisado. A polícia está presente no texto e no conteúdo multimídia. A “democracia nas favelas” se deve a essa ocupação, inclusive. Os morros aparecem sitiados pelos policiais, que representariam a presença do Estado nas localidades. No entanto, em nenhum momento questionam-se os conceitos de segurança e democracia. A oposição polícia x bandido, que permeia o discurso das reportagens sobre os excluídos, na verdade reitera a tradicional divisão entre o “bem” e o “mal”, que pode ser também lida nas entrelinhas dos textos. Esse tipo de mecanicismo perverso é corriqueiro na imprensa, ignorando-se as nuances éticas, sociais e políticas que privilegiam tais definições.

Dessa forma, o “bem” é representado pelos agentes mantenedores da ordem e pela iniciativa de pessoas e empresas que realizam atividades sociais em lugares discriminados por boa parte da população. Ou seja, geralmente o “bom” é aquele que vem de fora desses locais e que, por solidariedade, decide ajudar. Por outro lado, o “mal” tem endereço fixo. Precisa ser combatido, esquecido e condenado, muitas vezes sem julgamento e dificilmente questionado. Não existe terapia para os excluídos. Psicólogos não são procurados para explicar os motivos que levam um “marginal” a



infringir a lei. Se o senso comum entende que o crime tem cor e classe social, por que se surpreender quando o criminoso é pobre e negro?

Não podemos ignorar o sentimento social e a questão empresarial, ambos norteando a abordagem midiática. A notícia sobre esses grupos é mais freqüente quando esses “saem do controle”, da rotina “normal” de seus atos. Fogem da cadeia, fazem rebeliões, queimam ônibus, fazem passeatas agressivas. É nesse momento que eles se tornam mais “perigosos”, uma ameaça para a “sociedade” (isto é, para os “cidadãos de bem”). Em momentos de “rotina”, seja nas condições subumanas de muitas favelas, na falta de assistência dos mais diversos tipos para aqueles que lá vivem (inclusive os que, nessa condição socioeconômica – para que possamos deixar claro o tratamento dado a esses criminosos, não os de classe média e alta – se tornaram criminosos) ou das prisões lotadas, pouco são focalizados. É dessa forma que certezas e estereótipos do senso comum são ainda mais cristalizados e congelados em relação a esses grupos, quando o papel da mídia também seria estar de acordo com “os valores humanos e os princípios ditos civilizados” (como colocou Janio de Freitas na Folha de São Paulo, em junho de 2004).

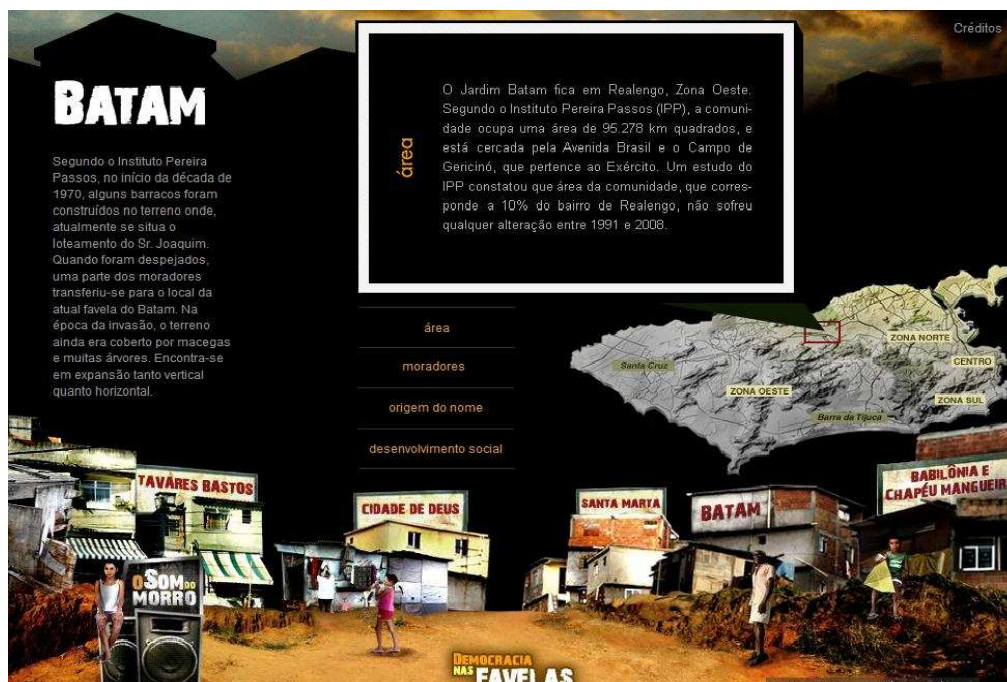
Segundo Macedo (apud Maia, 2003), “o equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento de que a verdade é sempre produzida vão estar sempre presentes, lado a lado, na constituição do discurso jornalístico”. Um discurso orientado por uma lógica binária, como diz Schudson:

Isto é o que a imprensa realiza melhor: matérias *adequadas*, que têm antecipadamente seus pontos finais, e cujos pontos finais resultam de possibilidades simples, binárias – a eleição ou o jogo será ganho ou perdido, o índice Dow – Jones vai subir ou descer, o acusado será julgado culpado ou inocente, o criminoso foi preso ou está à solta, o paciente sobrevive ou morre, a criança está desaparecida ou foi encontrada. Temas mais complexos do que estes – o orçamento, por exemplo-, se devem ser cobertos com eficiência, são traduzidos em oposições binárias do tipo: o presidente vai sair vitorioso ou será derrotado pelo Congresso. (Schudson apud Moretzsohn, 2002, 166).

Além da simplificação e defesa de interesses próprios veiculados nas notícias, a imprensa promove o apagamento da população marginalizada. O efeito é garantido pela desumanização dos atores do processo, que não tem direito a voz. O contrário pode ser observado quando se trata de um sujeito de classe média ou alta. Nesses casos, não só a pessoa é ouvida como ela tem uma história, assim como depoimentos de especialistas sobre o assunto. Ela é “um personagem”, figura típica do discurso jornalístico. No

entanto, os marginalizados frequentemente são homogeneizados como “massa”. E podem virar números.

Em “Democracia na Favela” podemos perceber a utilização desse recurso nas seções “onde fica”, dividida em “área”, “história”, “moradores”, “origem do nome” e “desenvolvimento social”.



Em todos os casos, constata-se a uniformização dos moradores das comunidades retratadas. Não há presença de um personagem que tenha servido de inspiração. Não é possível conhecer humanamente essas pessoas, ainda que elas apareçam nas imagens. Podemos vê-las por fotos, mas não temos acesso ao que pensam, como vivem, quem são ou se concordam com o assunto tratado na matéria. Ou seja, não sabemos se eles estão satisfeitos ou não com a ocupação policial. Afirma-se a idéia de que a medida é boa para eles, mas sem uma opinião mais concreta do que simplesmente afirmar o ideal de segurança, óbvio em sua essência, dos interessados. E mais, sem que esse fato seja questionado pelo público em geral.

Com isso, a grande imprensa tende a confirmar e reproduzir todos os dias a ideologia dos sujeitos sociais contemporâneos, que são indivíduos integrantes de um sistema de estratificação e dominação social, cujo discurso, também dominante, promove o silenciamento de outros justamente no intuito de gerar “evidências” tão comuns na prática jornalística. Cria-se então um abismo entre os cidadãos com poder de compra e os marginalizados, para os quais a “democracia” chega através da polícia.



## **Referências bibliográficas**

FOCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo. Ed. Graal. 1979

—————. **A ordem do discurso**. Loyola, 1996 (título original, 1971)

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Pontes, 2007

MAIA, Maria Claudia Gonçalves. **A produção do discurso jornalístico sobre o “adolescente em conflito com a lei”: jovem ou menor?** In: Alunos da Pós – Graduação 2003. **Cadernos de Letras da UFF**. n° 28, p. 51-60, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real – O Fetiche da Velocidade**. Rio de Janeiro. Ed. Revan. 2002.

—————. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro. Ed. Revan. 2007.